

2. A presente anuência não exime o interessado da obtenção das demais licenças e autorizações previstas na legislação vigente.

DESPACHO SMDU.AOC.CPPU/001/2020

PROCESSO: 2014-0.209.589-5

INTERESSADO: ALPHA EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS

LOCAL: RUA VERGUEIRO, 2740

ASSUNTO: ALVARÁ PARA EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE - ERB

PROCESSO INDEFERIDO

1. A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, em sua 86ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Lei Municipal nº 16.050/2014, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e aplica-se à totalidade do seu território;

Considerando o Decreto Municipal nº 56.268/2015 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU, a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, a Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo – CMPT, e a Comissão de Análise Integrada de Assuntos Fundiários – CAIAF; bem como estabeleça procedimentos comuns relativos aos referidos órgãos, todos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

Considerando o Art. 331 da Lei n. 16.050/2014, a competência legal da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana em apreciar, emitir parecer e deliberar sobre casos de aplicação da legislação específica sobre anúncios, mobiliário urbano, infraestrutura, inserção e remoção de elementos na paisagem urbana;

Considerando as informações SP-URB/DDE-ASS-PURB contidas nas folhas 274 a 277 do Processo Administrativo 2014-0.209.589-5;

DELIBERA dentro do âmbito da sua competência legal, pelo **deferimento**, por 05 votos contrários, 01 voto favorável e 05 abstenções, pela inserção da Estação Rádio Base - ERB pleiteada a ser edificada em cima do edifício localizado na Rua Vergueiro, 2.740, Subprefeitura da Vila Mariana.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEHAB/CMH

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH

REPUBLICAÇÃO DA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO EM RAZÃO DE ERRO NO ROL DOS PARTICIPANTES E PUBLICADA ÀS FLS 17 A 19 DO DIÁRIO OFICIAL DACIDADE DE SÃO PAULO DE 10.12.2020

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 7º GESTÃO BIÊNIO 2018/2020

Data da Reunião: **06 de outubro de 2020**

Local: Videoconferência

Aos seus dias do mês de outubro do ano 2020, às 14h, reuniram-se por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams, para a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão Biênio–2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** Carlos Roberto Queiroz Tomé Junior (SEHAB), Luiz Ricardo Viegas de Carvalho (SEHAB), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Alvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas) e Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo). **Conselheiros (as) ausentes:** Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), **Justificaram ausência:** Luigi Lazzuri Neto (COHAB), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP **Presentes os (as) senhores (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB), Maria Helena Ferreira (SECMH/SEHAB), Neuza Soares de Barros Oliveira (COHAB), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Sérgio Luis de Oliveira (COHAB), Sílvia Augusta de Araújo (COHAB), Thais Aparecida Neves Campanholi (COHAB - DIFIN), Vanessa Padia (SEHAB), Walter Zerbinatti Junior (COHAB), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia), Bruno Fantoni (Taquiografia) e Benedito Roberto Barbosa (UMM-SP). **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do CMH de 21/7/2020-(cópia em anexo); 2) Solicitação de Voto CECMH nº19/2020-7ª Gestão- Aprovação da Prestação de Contas do Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Habitação do 1º Semestre de 2020 e realinhamento dos recursos para o 2º Semestre de 2020-Conselheiro Nilson Leonidas (cópia em anexo); 3) Solicitação de Voto CECMH nº20/2020- 7ª Gestão -Aprovação da Prestação de Contas do FMH do 1º Semestre de 2020- Apresentação pelas Equipes SEHAB/COHAB-SP (Minuta de Resolução em anexo); 4) Apresentação do Detalhamento do Cálculo da Remuneração da COHAB-SP nas Prestações de Contas do FMH de 2019 e no 1º Semestre de 2020- Apresentação pela Diretoria Financeira da COHAB-SP (cópia em anexo das Resolução CFMH nº23 e Resolução CMH nº20 e dos Demonstrativos de Cálculos da Remuneração da COHAB-SP), 5) Execução Orçamentária da SEHAB no 1º Semestre de 2020- Apresentação pela SEHAB/DEPLAN (cópia em anexo); Conforme previsto no Regulamento Interno do CMH (Resolução CMH nº01/2003- artigos 13º e 20º), lembramos aos Conselheiros titulares e suplentes que não comparecerem à reunião, que enviem sua justificativa previamente ao e-mail: secmh@Prefeitura.sp.gov.br. No caso em que a justificativa da ausência não puder ser enviada antes da reunião por motivo de força maior, que ela seja encaminhada até no máximo em data anterior à realização da reunião subsequente. **Inicio Reunião:** Conselheiros e convidados se apresentam. **Sr. Carlos Roberto** - É um prazer conhecer todos vocês, é uma pauta muito importante para a sequência dos nossos trabalhos, poderemos fazer, realizar esta pauta importante. O nosso Secretário-Adjunto, Ricardo Viegas vai conduzir com vocês a parte, a condução no tocante a reunião como um todo. Eu vou estar aqui acompanhando. E em breve vou marcar com vocês a pauta com os Conselheiros para tratarmos alguns pontos específicos. Entendo que nós temos que debater com um pouco mais calma em relação a alguns pedidos, alguns anseios. E vocês como um todo estão querendo debater. Mas a parte basicamente operacional, o que diz respeito ao que vai ser aprovado, o Viegas vai tocando com vocês. E tão logo, até o dia 05 do próximo mês, que é data da reunião do Conselho Pleno, nós vamos sentar com os Conselheiros aqui na SEHAB, e ai nós damos sequência

em outras coisas, tais quais julgo importante. **Sr. Ricardo Viegas** – Ana Maria, por favor, vamos iniciar o desenvolvimento da pauta. E ai o primeiro da pauta é com relação à questão da aprovação da ata anterior. **Sra. Fátima** - Senhor Secretário, por favor, gostaria de uma palavra antes de iniciar. Gostaria antes de iniciar o trabalho, porque ai a pessoa que está presente, a convidada aqui a Mônica, que convidai, ela está aqui nessa reunião hoje. Inclusive enviei também um Ofício para o senhor ontem pedindo uma reunião para elas, que são as famílias do Quaresma Delgado, se é possível essa reunião com eles devido a uma demanda que foi chamada pela Caixa da Secretaria ai de Habitação, e devido a essa nossa Portaria que saiu agora, 2081. E que as famílias fiquem possibilitadas, a maioria da parte, 375 famílias que já passaram por este Conselho aqui o ano retrasado, e eles vão ficar impossibilitados de entrar. E, segundo a Secretaria informou para nós o Balbino, que a Secretaria tinha enviado um Ofício para MDR em Brasília, nós queríamos saber realmente como está este Ofício, para que atenda essas famílias, porque por essa Portaria vão ser atendidas só 120 famílias, são 375 famílias que saíram de uma área de risco, R3 e R4.Então, gostaria de pedir aqui na presença deles uma reunião com o senhor para discutir esse assunto, para nós não discutirmos aqui no Conselho. **Sr. Carlos Roberto** – Vamos marcar sim, vamos ver a conciliação das agendas. Penso que nós estamos aí no momento, todo mundo ainda bem atarefado em função dos projetos, agendas, eleições. Mas evidentemente vamos marcar sim, e cada família é importante para SEHAB. **Sra. Fátima** - Só queria colocar que eles têm um prazo até dia 15 para entregar toda documentação para a Caixa. Porque 320 famílias já estão analisados, e falta 58. Então nós podemos antecipar muito o tempo para termos essa discussão, por favor. **Sr. Carlos Roberto** – Vamos encerrar, qualquer coisa o Ricardo Viegas também, que é Secretário Adjunto evidentemente toma pé disso e atenda as pessoas aí para poder dar sequência. **Sra. Ana Maria** - Então damos início à 9ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 06/10/2020. (Faz leitura da pauta). **Sra. Fátima** Gostaria de inserir na pauta ai também referente a participação da entidade no segmento do CMH, o Grupo de Trabalho do GT instituído da Portaria 6820/2020. **Sra. Ana Maria** - Esse não era um assunto para esta Reunião. Nós temos um tempo delimitado para participação em função das agendas do Secretário e do Presidente COHAB. O assunto relativo à Portaria, e que você já encaminhou aqui a solicitação será discutido a posteriori, não será nesta Reunião. **Sra. Neuza** -Estou pedindo a palavra, doutor Viegas. **Sr. Ricardo Viegas** – Vou conceder aqui a palavra à Neuza, que é a nossa Chefe de Gabinete da COHAB. **Sra. Neuza** -Obrigada pela palavra. Só gostaria de acrescentar, hoje a equipe do Financeiro está aqui presente porque tem uma pauta. A doutora Thais é nossa Diretora Financeira, nós estamos com o Sérgio, a Cris Pimenta, o Walter e o Luis Eduardo. Então só para registrar na Ata a presença desta equipe financeira, somente isso, agradeço. **Sra. Ana Maria** -Quanto ao item 1 da pauta, que se trata da Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva, perguntamos aos Conselheiros se algum deles tem algo a alterar. Caso negativo, permaneçam como estão. Em não havendo alteração, a Ata da Primeira Reunião Extraordinária realizada no dia 21/07/2020 está aprovada. O **segundo ponto de pauta** se trata de Voto CECMH nº19/2020, Aprovação da Prestação de Contas do Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Habitação do 1º Semestre de 2020 e realinhamento dos recursos para o 2º Semestre. Esse item da pauta considera, que na forma do Artigo 3º, §1º e no Artigo 6º e seus § 1º e 2º da Resolução CMH nº 01/2003 de 20 de outubro de 2003, cabe à Comissão Executiva supervisionar a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Habitação. Considerando que a Comissão Executiva do Conselho aprovou no dia 21/07/2020 o Plano de Aplicação de Recursos de Investimento do Fundo Municipal de Habitação de 2020, consolidado através da Resolução nº 135, cabe à COHAB apresentar semestralmente os demonstrativos da execução da aplicação dos recursos de investimento. Convidamos o Conselheiro Nilson Leonidas, Diretor Técnico da COHAB, para que realize a apresentação de contas desse Plano de Investimentos relativos ao primeiro semestre de 2020. **Sr. Nilson** - Obrigado Ana, obrigado a todos presentes aqui. Este ano aqui todos sabem que foi um ano muito atípico na nossa vida em tudo que aconteceu. E isso refletiu também aqui nas condições do FMH. Independentemente desta situação que nós estamos vivendo, apesar da aprovação do Plano foi agora no mês sete, e nós tínhamos pouco tempo para implantação disso, ações foram tomadas. E como vem acontecendo nos últimos anos historicamente, o primeiro semestre, as nossas execuções não aparecem muito porque nós fazemos no primeiro semestre para executar no segundo, e não vai ser diferente aqui. Vou colocar o orçamento que foi aprovado e o que nós conseguimos executar no primeiro semestre. São valores bem pequenos, e que vão ter repercussões grandes no segundo semestre, porque as licitações que nós fizemos para atingir alguns objetivos de alguns empreendimentos, eles já foram desenvolvidos e estão dando ordem de início agora, começando agora este mês, alguns empreendimentos que estão nesta lista. Então vamos lá. Então, como vinha falando, nós temos aqui os valores previstos que nós fizemos para este exercício aqui. Os executados no primeiro semestre, vocês podem ver que na penúltima coluna ai praticamente não teve ações nesse sentido ai, principalmente nessa parte dos investimentos. Posso falar que o Edifício Santo André aqui já está com a licitação de projeto já em andamento, em fase de conclusão, que vai entrar no segundo semestre. Como eu vim repetindo a maioria entra no segundo semestre aqui. As ações do Programa de Regularização Fundiária. Obra de contenção do João 23 licitada. Obra do Minas Gás está em análise do Tribunal de Contas, porque tem uma questão aí. Vila Mara 123, que é o B12 aqui, já está com ordem de início emitida, está começando agora esta semana. Munk também está saindo com ordem de início, Vila Nilo também, tudo vai atingir o segundo semestre, como tem ocorrido nos outros anos. Vila Nilo aqui embaixo e outros empreendimentos que vão sair no segundo semestre. Aqui parte do apoio habitacional, custas judiciais, ainda não teve desembolso do primeiro semestre, juntamente com a reforma da loja do palacete e unidades habitacionais que também são para o segundo semestre, a licitação já está feita. Vamos aqui onde tem uma movimentação maior. Nossa Senhora da Penha é um conjunto que tem lá, tem alguns recibos do pessoal da região, que tem um monitoramento de gases lá, que o solo é contaminado, então é um serviço contínuo, que continuamos fazendo. José Bonifácio, Itaquera, estão em licitação também, essas partes que estão aqui embaixo, vai na letra I. Ancy Rocha, a limpeza do terreno também está começando agora, é um terreno que está ligado ao FMH. Parte do Locação Social, serviços de zeladoria, portaria, está em licitação. Reforma de elevador também em licitação, junto com a individualização dos hidrômetros, em licitação agora, tudo vai entrar no segundo semestre. Conservação geral, limpeza, as obras do Parque do Gato, todo o corpo da Locação Social já está licitado, emitindo ordem de início para agora no segundo semestre, esta semana ou a outra já está começando. Ai vem a questão de tarifas bancárias, nós temos um orçamento de 96 milhões e no primeiro semestre só gastamos 1,8 milhões. Seguro habitacional. Esse consumo de água e energia, coLocação Social, vigilância patrimonial, que é a segurança que vai nos empreendimentos da COHAB do FMH como um todo, são rondas motorizadas e equipes fixas em alguns postos do terreno. Então, como dá para perceber aqui, a execução vai ficar para o segundo semestre. Parece um valor enorme, mas historicamente, Viegas e companheiros, é assim que tem desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos. **Sra. Ana Maria** - Podemos abrir a palavra. Algum Conselheiro que queira fazer uso da palavra? **Sra. Marisete** - Queris esclarecimentos, eu vi ali na planilha sobre o Itaquera, o Missouri. Qual que é aquela programação? Que não consegui

ver direito. **Sr. Nilson** -Ali em cima, no A7, isso é um investimento habitacional que está ligado a parte da SEHAB e tem 32 milhões de reais disponíveis, que carecem de investimento de processo para essa situação, como Catumbi, Dona Deda, não tem esse investimento, aprovação, um programa que ele entra. Existe uma previsão. Ele pode entrar? Pode, mas precisa de um avanço para ele entrar aqui nesse sistema de recursos. **Sra. Marisete** - E qual seria esse avanço? **Sr. Nilson** - A aprovação do projeto, um programa que financie a totalidade da obra, a aprovação do empreendimento, esse tipo de coisa. **Sra. Marisete** - O projeto, tudo já está aprovado, a única coisa que dependemos é do recurso. **Sr. Nilson** – Então, mas aqui o que acontece, esses 32 milhões abrangem todas essas partes aqui, projeto do Prédio Paissandu, que é o Paes de Andrade, que era uma das prioridades da SEHAB, esse dinheiro não dá para fazer todos esses empreendimentos, do A1, A2, A3, não dá para fazer todos, ele tem que ser direcionado para algum dessa região aqui, que a definição vai ser dada em função da necessidade técnica e operacional de fazê-lo. **Sra. Marisete** –Então, estou falando sobre o Missouri, porque eu acompanho ele de perto e sei que está com tudo aprovado, tudo certo, inclusive ele ia ser contratado pelo Minha Casa, Minha Vida. **Sr. Nilson** – Ele teria que entrar no Programa Pode Entrar. **Sra. Marisete** – Mas estamos aguardando o Pode Entrar. **Sr. Nilson** – O Pode Entrar não pode evoluir este ano por motivos da eleição, cai naquela interpretação da PGM e tudo, que não pode. Então ele teria que entrar, esse empreendimento, se pudesse entraria numa verba para entrar e começar alguma coisa, mas como ele não pôde, o empreendimento da Paes de Andrade que está em fase de projeto poderia entrar, a SEHAB está fazendo uns projetos e desenvolvendo. Então talvez esses empreendimentos da 8 a 10 não consigam evoluir, só que eles continuam no exercício de 2021, porque vamos repetindo aqueles que não conseguiram se encaixar e fica dentro dessa questão de prioridade de execução. **Sra. Marisete** – Mas esses daí estão com os projetos certos, tudo aprovado, não precisam de custo para aprovação de projeto, foi feito pela própria entidade. **Sr. Nilson** – Sim, mas o projeto aqui é só o do Paes de Andrade, que é primeiro, o A3. O Edifício Santo André é um que estamos fazendo o projeto agora. O Edifício Conselheiro Carrão é outro que nós vamos fazer. Agora os outros que são empreendimentos habitacionais mesmo, eles precisam realmente do investimento do Pode Entrar, que é aquela coisa do FUNDURB. Então, não consegue evoluir, esse dinheiro aqui não é suficiente para tocar essas obras todas. **Sra. Ana Maria** - Essa planilha foi enviada para todos os Conselheiros. E o que precisamos neste momento, se nenhum Conselheiro tiver mais nenhuma observação a fazer, é considerar essa prestação de contas feita pela COHAB como aprovada e o saldo desses recursos a serem investidos agora no segundo semestre de 2020. E com isso, nós teremos esse Voto transformado numa Resolução, que ela já está pronta para ser assinada pelo Secretário de Habitação. E ela terá o número 137, e será publicada no Diário Oficial como sendo uma missão cumprida ai do Conselho nessa etapa do primeiro semestre do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Habitação. Todos concordam? Podemos considerar aprovado? Aprovado então. O **terceiro item** é a solicitação de Voto CECMH nº20/2020, que é Aprovação da Prestação de Contas do FMH do 1º Semestre de 2020 – Que será feita uma apresentação conjunta pelas Equipes SEHAB/COHAB-São Paulo. A COHAB na qualidade de operadora de recursos do Fundo Municipal de Habitação, cabe a ela apresentar mensalmente à SEHAB a prestação de recursos do Fundo, que são analisados pela Divisão Financeira da SEHAB. Essa Divisão Financeira da SEHAB semestralmente emite um Relatório circunstanciado com o Parecer sobre a prestação de contas do CMH. E nesta Reunião está cabendo apresentar esse Relatório à Comissão Executiva.Nós convidamos inicialmente a Sra. Irene Alice Alves Suguiyama, Diretora da Divisão Técnica da SEHAB, que elaborou Parecer Técnico sobre a prestação de contas do primeiro semestre de 2020, para que ela faça inicialmente suas considerações, para que possamos, em seguida convidar a COHAB para fazer a apresentação. **Sra. Irene** - Boa tarde a todos, meu nome é Irene, trabalho na Divisão Financeira da SEHAB, e sou responsável pela elaboração desse Parecer Técnico para ser apresentado aos Conselheiros. Esse Parecer Técnico de acordo com a Resolução nº 30 do Conselho. Ele tem que ser elaborado previamente antes da COHAB colocar a prestação de contas neste colegiado para votação. Então, o Relatório foi elaborado por mim, e foi enviada cópia para todos Conselheiros. E teve uma conclusão de que não há óbice nenhum que desaprovasse as contas do primeiro semestre do Fundo Municipal de Habitação. Então, o Relatório foi distribuído a todos, e quem vai fazer apresentação da prestação de contas é a equipe da COHAB, porque a COHAB é a operadora dos recursos do fundo. Então, passo a palavra ao pessoal da COHAB, que irá fazer a apresentação dos recursos gastos do FMH do primeiro semestre. **Sra. Cristina** - Boa tarde a todos, essa primeira parte da prestação de contas referente ao fluxo de caixa e arrecadação será apresentada pelo Sérgio, Gerente Financeiro da COHAB. **Sr. Sérgio** - Boa tarde a todos. Sou o Sérgio, Gerente Financeiro, nós vamos falar um pouco do fluxo consolidado do exercício 2020 do primeiro semestre. Inicialmente temos um saldo inicial do exercício de R\$23.262.175,75. O total da entrada desse semestre foi de R\$21.721.135,43. Total de saída foi de R\$11.245.949,64. Ainda temos saldo bloqueado de 1.729.619,30. Representando um saldo do exercício do primeiro semestre R\$32 milhões. Agora nós vamos falar um pouquinho dos ingressos, que são as entradas de recursos no fluxo de caixa, recebimentos comercializados, que se refere ao Locação Social, a carteira de Locação Social apresentou no primeiro semestre R\$252.913,43. Recebimentos de unidades permissionadas, são os TPUs, permissão de uso, R\$558.000,00. Amortizações extraordinárias parciais ou totais da carteira FMH e quadro, que é uma carteira mista, R\$1.000.877,00. As indenizações com sinistro são valores para cobrir gastos com danos de imóveis, mortes, a seguradora do sistema financeiro de habitação de R\$ 84.000,00. Recebimento de prestações, FMH e PSH, que são os contratos a receber, compromisso compra e venda, de R\$6.000.000,00. Recebimentos de outorga onerosa fontes 000208. Em junho recebemos R\$11.932.000,00 referente à outorga, isso é referente às obras que Nilson, Conselheiro, acabou de citar que vai virar o segundo semestre, então esse dinheiro vai cobrir os gastos a partir do segundo semestre das obras que o Nilson apresentou no Plano. Nós temos a rubrica de retenções, que são tributos, resgastes e outras entradas. O que significa? São INSS, Imposto de Renda, ISS, COFINS e PASEP de R\$512.000,00. As receitas financeiras, os rendimentos de R\$485.000,00. Isso teve um total da entrada de R\$21.721.000,00. Agora vamos falar da saída, do desembolso de recursos. Obras e projetos das fontes 000208 nós tivemos R\$245.000,00, logo o colega Nilson já adiantou que esses recursos serão para o segundo semestre, então houve pouca saída de desembolso nessas obras que são os projetos vinculados. Pagamentos de outros serviços, que são os PJs, pessoas jurídicas, tivemos a questão do material com Locação Social R\$6.000,00, consumo de água no locação R\$77.000,00, consumo de luz no locação de R\$44.000,00, consumo de gás no locação de R\$149.000,00, e prestador de serviços fazendo manutenção no Locação Social de R\$59.000,00. E de forma que, luz, água, cartório, depósitos e custas judiciais, que são os prestadores de serviço de FMH, de R\$377.000,00. Quanto à remuneração da COHAB como agente operador, que está fazendo toda a atividade do Fundo, nós obtivemos do exercício 2019 e 20 até o momento de R\$19.944.000,00 e do exercício 2020, R\$5.476.000,00. Os descontos na pontualidade junto a órgãos comissionados, Programa de R\$91.000,00. Subsídios, Resolução de CMH R\$372.000,00. Gastos com vigilância, que são a segurança dos conjuntos habitacionais, prédios, terrenos vinculados ao Fundo, de R\$1.000.598,00. Tributos diversos, são os impos-

tos que foram pagos, INSS, Importo de Renda, contribuição sobre o lucro líquido, ISS, COFINS PASEP de R\$687.000,00. Despesas bancárias, são cobranças junto a contrato do banco Caixa Econômica Federal, referentes às prestações de manutenção da conta, R\$ 249.000,00. Outras despesas, que compreendem seguro habitacional, algumas regularizações com a COHAB e a quitação de multa com a CETESB, nós tínhamos um contrato com o pessoal junto com o Nilson, fizeram uma negociação junto com a CETESB, e acabamos liquidando no exercício do primeiro semestre de 2020 esse valor e tivemos um total de R\$1.000.053,00 nessa rubrica. Total de saída de R\$11.245.000,00. Vamos falar da arrecadação do primeiro semestre dos empreendimentos do Fundo Municipal, do PSH e de locação, em janeiro obtivemos R\$1.737.000,00, isso fez com que as pessoas que receberam o seu décimo terceiro salário guardar esse dinheiro para pagar sua prestação, então houve um boom em janeiro de R\$1.737.000,00, ai depois começou a ter a sua normalidade de R\$1.231.000,00 em fevereiro, R\$1.433.000,00 em março, R\$1.205.000 em abril, R\$ 1.303.000,00 em maio e finalizando em junho o primeiro semestre, R\$1.219.000,00, isso totalizou no semestre R\$8.331.000,00 na carteira imobiliária do CMH. **Sra. Cristina** – Queris acrescentar uma observação na parte da arrecadação, como vocês podem observar, que apesar da pandemia, apesar da suspensão da cobrança, os mutuários que são adimplentes continuam tentando seus compromissos. Então a queda da remuneração, vocês podem observar que foi bem pequena. **Sra. Cristina** – O quadro mantivemos o mesmo formato, vocês já estão acostumados nas apresentações que nós vimos fazendo. Obrigações tributárias, foi aprovado R\$1.346.492,00 no orçamento, disponível 100% desse valor, até 30 de junho foram empenhados R\$1.276.492,00, liquidados R\$ 425.497,00, pagos R\$212.000,00. Um saldo a empenhar de R\$70.000,00. Sentenças judiciais, tinha R\$1.000.000,00 de orçamento autorizado, como não houve demanda de sentença judicial, esse valor permaneceu congelado no primeiro semestre. Remuneração da COHAB, foi aprovado orçamento de R\$10.819.200,00, disponibilizado 100% do valor, o valor empenhado foi de R\$10.819.200,00 e liquidado R\$ 5.418.070,28, e o mesmo valor foi pago no primeiro semestre. Serviços de terceiros, aqui são serviços como tarifas bancárias, serviços de cartórios, serviços de pessoa jurídica em geral que oneram o orçamento, porque como vocês veem no fluxo de caixa tem o Locação Social lá, mas o Locação Social engloba também os valores que tem na receita extra orçamentária, que é o condomínio e fundo de manutenção. Pré-aprovado R\$1.394.742,00, disponibilizado 100% do valor, empenhado R\$960.148,38, liquidado R\$184.535,92, pagos R\$161.578,00. Saldo empenhado no segundo semestre R\$434.593,62. Manutenção das unidades habitacionais, aqui envolve obras de reparo das unidades habitacionais e também a segurança patrimonial. Foi disponibilizado R\$4.000,00 no primeiro semestre, empenhado R\$3.374.407,00, liquidado R\$960.193,30, pago o mesmo valor, a empenhar para o segundo semestre R\$625.592,00. Construção de unidades habitacionais, R\$33.502.000,00, orçamento atualizado. Foi disponibilizado no primeiro semestre R\$25.250.000,00 porque por decisão do Governo todas as dotações que estavam vinculadas ao programa de metas já nasceram descongeladas logo na liberação do orçamento. Como o Nilson falou, no primeiro semestre estava tudo em licitação e não foi empenhado nada. Regularização fundiária, foram aprovados R\$41.452.800,00, disponibilizados R\$ 36.548.000,00, empenhados no primeiro semestre R\$743.083,00, a empenhar no segundo semestre R\$35.805.911,00. Eu queria fazer uma observação com referência a essas duas rubricas, que é uma participação muito grande aqui de recursos do Tesouro, de fonte própria 00, inclusive eu até coloquei num quadro abaixo que do orçamento total aprovado do FMH, R\$51.400.00,00 é recurso do Tesouro, esse recurso com o advento da pandemia, o recurso financeiro ficou meio que contingenciado também. Eles tentaram preservar o FMH, se vocês observarem a legislação que desvinculou as receitas dos fundos, todos os fundos municipais tiveram suas receitas desvinculadas, quase todos, à exceção do Fundo Municipal de Habitação, porque esse valor que nós tínhamos conseguido na aprovação do orçamento para esse ano foi vinculado ao programa de metas. Requalificações e reformas. Aqui são para eventuais obras e projetos e em prédios, esses que estamos desapropriando sempre para requalificação da unidade habitacional. Como não houve apresentação de nenhum projeto no primeiro semestre, o valor permaneceu congelado. Projetos e custas judiciais, orçamento atualizado de R\$290.000,00, também não houve nenhuma utilização no primeiro semestre, ele permaneceu congelado. Locação social, R\$2.001.000,00 foi o valor aprovado e como não houve nenhuma apresentação no projeto novo no primeiro semestre, ele também permaneceu congelado porque a determinação da Prefeitura para esse exercício é que nós priorizássemos as obras que estão vinculadas ao programa de metas. Do orçamento aprovado de R\$96.807.234,00 do FMH, R\$79.359.428,00 foram liberados logo no primeiro semestre, 82% do orçamento aprovado, permanecendo 18% congelados. Foram executados 18% e liquidados no primeiro semestre 7%. Esse já é um comportamento que vem acontecendo há algum tempo, muito pouca coisa acontece no primeiro semestre, então o nível de execução, embora nós façamos um empenho para o ano todo para algumas despesas, a execução ocorre mesmo com mais intensidade no segundo semestre. Um adendo que colocamos aqui, é que desses R\$62.000.000,00 que estão a empenhar, R\$26.929.847,00 estão reservados nos processos licitatórios que o Nilson comentou no Plano de Investimento. A pedido de vocês, na última prestação de contas que fizemos no segundo semestre de 2019, abrimos as remunerações por tipo e conforme a Resolução. A Sílvia, numa apresentação a parte, ela vai explicar melhor, detalhar melhor a remuneração, que foi um pedido que vocês também fizeram quando aprovou a execução de 2019. Gestão do Locação Social, R\$114.468.000,00, esse valor é pago pela própria arrecadação de aluguel, ele não onera o orçamento do Fundo. Administração FMH, R\$ 4.906.266,00. Gestão da carteira do FMH, R\$433.714,13. Regularização fundiária, R\$56.730,00. Produção R\$14.951,66. Comercialização R\$6.407,84. Se vocês observarem as cláusulas de regularização, produção e comercialização, elas acompanham a eficiência da execução mesmo, porque ele é em cima do valor efetivamente investido em cada uma dessas fases. Se investe pouco, a recuperação é baixa, se investe mais a recuperação é maior. Só a questão da administração e da gestão, ela acompanha na verdade o próprio trabalho do Fundo, ela é um pouco independente da produção. Vou passar a palavra para o Walter, Gerente de Gestão e Recuperação de Crédito, que vai falar sobre a inadimplência. **Sr. Walter** – Vou passar para vocês o relatório de inadimplência. O segundo semestre de 2019, em contratos de compromisso, compra, venda e alienação fiduciária, nós tínhamos 2.060 contratos em dia e um atraso de 4.015 contratos, um total de 6.075 contratos. Temos de Permissão de Uso nós tínhamos 4.002 em dia; 2732 em atraso, um total de 4.774. E o total geral 2.062 e 6.787 em atraso, com um total geral da carteira de 10.849. No primeiro semestre de 2020 em dia passamos para 1.710 contratos e 4.333 em atraso, 6.043 no total na carteira. Em permissão de uso, 1.916 em dia, 2.818 em atraso, 4.734 contratos no total. Total geral 3.626 em dia, com atraso 7.151, no total 10.777. Esse quadro de atraso é de zero dias em atraso. A nossa colega Luciana na outra reunião pediu para que fizessemos um quadro com noventa dias de atraso, para enxergarmos melhor a inadimplência, então preparei esse quadro e gostaria de apresentar para vocês. Então, em compromissos de compra e venda temos em dia 2924 no primeiro semestre, 3151 em atraso, total de 6075 contratos. Termo de permissão de uso 2726, 2048 em atraso, com total de 4774. E um total geral de 5650 em dia, 5199, 10849 total da carteira. No primeiro semestre de 2020 em dia nós temos 2770,

3273 em atraso, 6043 contratos no total geral. Temos em comissão de uso 2616 em dia, 2118 em atraso, 4734 contratos. Um total geral de 5386 em dia e 5391 em atraso, total de 10777. Aqui nós podemos perceber e confirmar o que a Cristina falou no quadro anterior, que os pagantes em dia continuam pagando independente da pandemia. Aqui podemos enxergar, acredito que é o que a Luciana, não sei se ela está presente na reunião, não pediu na última reunião. Então isso é o que eu tinha para apresentar para vocês. **Sra. Cristina** - Eu queria fazer um adendo com referência à inadimplência, que apesar da prestação de contas ser do primeiro semestre de 2020, o Walter apresentou também 2019 para vocês poderem comparar que não variou muito a inadimplência do semestre. A ideia é realmente mostrar essa questão, que apesar da pandemia, o FMH continuou mantendo estável sua arrecadação. **Sra. Ana Maria** - Vamos abrir a palavra, inicialmente dando a palavra à Fátima, que tinha uma dúvida com relação a algum quadro anterior. **Sra. Fátima** - Eu fiquei na relação na questão dessa remuneração da COHAB, do agente operador, que em 2019 foi novecentos e quarenta e quatro, quinhentos e poucos milhares e aí dobrou aqui no exercício de 2020, foi para cinco milhões novecentos e pouco. Queria saber por que essa diferença. **Sra. Ana Maria** - Fátima, eu creio que a Cristina e a Sílvia está apresentando contas do que foi pago, não deve ter sido liquidado toda a remuneração da COHAB no exercício de 2019, e deve ter sido restos a pagar da remuneração da COHAB que ficou para 2020. Isso vamos chegar a ver nos quadros que a Sílvia vai mostrar, mas gostaria que a equipe da COHAB confirmasse essa informação que eu estou dando, que esses novecentos e quarenta e quatro se referem ao exercício anterior e que foi pago em 2020. É isso, Cristina? **Sra. Cristina** - Ana, é exatamente isso, na verdade como é um quadro de desembolso do que aconteceu no primeiro semestre de 2020, os R\$944.500,00 são os valores que foram inseridos em restos a pagar de 2019, competência dezembro, que se paga em janeiro do ano seguinte. **Sra. Ana Maria** - Deu para entender, Fátima? **Sra. Fátima** - Sim, deu para entender. **Sra. Ana Maria** - Acho que você vai entender melhor ainda, você e todos, com a próxima apresentação. Mas continuando nessa, abrimos a palavra para algum Conselheiro que queira pedir mais algum esclarecimento para a equipe da COHAB. **Sra. Esther** - Boa tarde, é Esther Conselheira que está falando. Como a Ana acabou de falar que ainda vai ter mais apresentações, tem alguma coisa que eu vi numa planilha que ainda não apareceu sobre inadimplência, eu vou esperar mais um pouquinho então, porque talvez apareça mais para frente, para fazer a minha pergunta. **Sra. Ana Maria** - Não, não será. Se é sobre inadimplência, é nessa etapa mesmo. Você quer que eu volte o quadro da inadimplência? **Sra. Esther** - Sim, verifiquei nos documentos enviados que tinha a permissão de uso uma taxa de 59,5% de inadimplência, Locação Social 76%, contrato com programa de subsídio e habitação social, que é o PSH 99%, e nessa agora não vi passando essa inadimplência de 99%. E em relação também ia perguntar se a pandemia tinha a ver com esse aumento expressivo da inadimplência, que já foi respondido aí. E também queria saber em relação, as tratativas, as opções que a própria gestão fez para poder fazer essa inadimplência cair. Parece que não teve muito efeito então em relação a isso? É isso que nós podemos entender? A inadimplência continua a mesma, não foi a pandemia que alterou esse processo de inadimplência muito alta. **Sra. Cristina** - Com referência ao PSH, o PSH ele é um programa que já sofreu decorso de prazo, então a inadimplência dele ela não muda mais. Os mutuários vão pagando, vão quitando, mas como não tem mais emissão, ela não muda o patamar. Por isso que ela nem entra no nosso acompanhamento de inadimplência, porque agora é só eles pagarem, que já acabou o contrato. Com referência às ações deste ano, com a pandemia e a suspensão do atendimento presencial foram suspensas as negociações no SEJUS, não estamos autorizados a retomar as negociações em parceria com o SEJUS e com a Procuradoria Geral do Município. E também e não estamos podendo fazer os mutirões de renegociação, o que tem prejudicado o combate à inadimplência. **Sra. Ana Maria** - Alguém mais deseja fazer uso da palavra? Podemos considerar que a prestação de contas objeto do Voto CCMH nº 20/2020 está aprovada? Então consideramos aprovado e esse relatório produzido pela Divisão Financeira da COHAB referente à prestação de contas do primeiro semestre de 2020 será transformado em Resolução a ser publicada no Diário Oficial, bem como esta apresentação será colocada no site do CMH no módulo apresentações para que fique disponível a todos os Conselheiros. Podemos então passar para o próximo item. **Item 4**, trata-se do detalhamento do cálculo da remuneração da COHAB nas prestações de contas de 2019 e do primeiro semestre de 2020. Será feita uma apresentação pela Diretoria Financeira da COHAB, tendo por base as Resoluções CFMH nº 23 e Resolução CMH nº 20. Cabe ressaltar que na última Reunião da Comissão Executiva realizada em 21/07 houve muitas perguntas feitas pelos Conselheiros a respeito da prestação de contas da remuneração da COHAB. Uma das Conselheiras que estava aqui presente, ela não é Conselheira da Comissão Executiva, é a Luciana Royer, ela é do Conselho Pleno, mas vai tomar conhecimento na hora que nós colocarmos essa apresentação no site, nós vamos enviar para ela a respeito desse detalhamento do cálculo dessa remuneração. A Secretária Executiva, nós elaboramos uma planilha que foi preenchida pela Diretoria Financeira da COHAB, que vai mostrar detalhadamente como é que cada cálculo desse é feito mensalmente, porcentagem por porcentagem, item a item, do que está estipulado nas duas Resoluções que nós temos aqui. E também será feita uma apresentação em Power Point sobre essas duas Resoluções. Então nós convidamos Sílvia Araújo da Diretoria Financeira da COHAB para realizar a apresentação de 2019 e do primeiro semestre de 2020 e vou colocar aqui essas apresentações. **Sra. Sílvia** - Boa tarde a todos, olha, nós fazemos o controle das remunerações do FMH baseado em principalmente duas Resoluções, Resolução nº 20, que define como é calculado e como é a cobrança das remunerações de produção, comercialização, que são diretamente influenciadas pelo investimento, é uma porcentagem do valor investido, tanto em obras, como em mutirões. Nesse quadro tem a explicação passo a passo de como é calculado percentualmente sobre os valores investidos em obras, que são 7%, que é para a produção e 8% quando há mutirões. Últimamente nós não temos mais mutirões, temos um ou dois mutirões em andamento, então o que temos é o 7% sobre a empreitada global. R\$10,00 por contrato para fazer a regularização do empreendimento. Toda a parte de aprovação em órgãos municipais e estaduais e toda a parte cartorial. Na fase de comercialização temos um percentual no valor investido, 3% na empreitada global e 4% nos mutirões, como já falei anteriormente quase não temos mais mutirão, então só ficamos com os 3% da empreitada global, que no primeiro semestre não teve grande realização, então os valores são bem baixos. Esses 5% seriam cobrados sobre investimentos de outros órgãos no FMH, nós não temos tido esse tipo de remuneração. Temos a fase de administração, que é R\$7,00 por contrato. Isso é para cobrir as despesas de sistemas informatizados, da própria gestão da carteira, da manutenção da equipe técnico social, dos serviços de correio, para isso que cobramos esses R\$7,00. Ai tem a fase de administração geral, que é uma porcentagem sobre o ativo da carteira do Fundo. Isso é para cobrir o que? Nossa equipe financeira, contábil, técnica e social. Ai já numa Resolução, que é a Resolução CFMH 23, que fala da remuneração do Locação Social. É 10% de um valor teórico que é pago pelo própria locatário do Programa, e não afetando assim diretamente a renda dos recursos do FMH. Quanto à remuneração do Parceria Social, o Parceria é um Programa extinto, então essa remuneração não existe mais. Neste quadro temos vocês vão ter um acompanhamento ano a ano das remunerações que foram pagas. Então em 2012, eram remunerações que estavam pendentes até 2018, e foram pagas

em 2018 por ano. Então tinha uma pendência sobre produção e comercialização de 180 mil relativos a 2012, que foi pago em 2018. E assim sucessivamente, até chegarmos na remuneração de 2018, que foi paga, mas ficou uma parte pendente. Bom, em 2018 nossa remuneração total era de R\$12.710.699,75. Foram pagos R\$3 milhões. Ainda temos o valor pendente a ser pago provavelmente em 2020 ou em 2021, ainda não temos recursos definidos para pagar essa pendência de 2018. Em 2019 tivemos R\$13.245.601,56 no total de remuneração, foi pago parte. Foram pagos R\$6.917.833,09. No próximo quadro mostramos o que ainda temos pendente dos dois exercícios, tanto de 2018, quanto de 2019. Este item é o que foi pedido, é o relatório mês a mês das remunerações cobradas em 2019. Neste quadro nós temos mês a mês o quanto foi cobrado por cada remuneração e seu percentual. Na primeira linha, tivemos os 7% sobre a produção, dando um total de R\$335.089,00. Na segunda linha, que seria um mutirão, seria o Lírios do Itaim, com algumas obras de regularização, foi cobrado esse valor anual de R\$39.774,00. Na linha de baixo, que é os R\$10,00 por contrato, referente à regularização mês a mês, R\$12.940,00, R\$21.400,00, R\$24.800,00. Chegando no total final do ano de R\$93.490,00. Aqui temos as remunerações na fase de comercialização, que também é 3% do valor investido em obras de empreitada global e 4% em mutirão. Como vimos começou um mutirão que estamos tendo obra, o valor é bem pequeno. Depois vamos entrar na fase de administração, que é R\$7,00 por contrato, tanto nos contratos de CVV, alienação e permissão de uso. A única remuneração que não é cobrada aqui é a sobre o Locação Social, que tem uma legislação a parte, dando um total anual de R\$1.026.536,00. Mais para baixo temos a remuneração que causa o maior impacto, que é 0,16% dos ativos dos contratos de CVV e alienação. E sobre as permissões de uso também, que é sobre um valor teórico de comercialização. Por último, temos o valor que é de 10% sobre um valor teórico de recuperação de empreendimento do Locação Social, e como eu já disse é pago pelo próprio locatário, dando no total geral do ano R\$13.245.601,65. Se você puder pôr o quadro de 2020. **Sr. Nilson** - Vou ter que procurá-lo aqui. Vou sair um pouquinho. **Sra. Sílvia** - Alguém tem alguma pergunta por enquanto? Enquanto eles procuram o quadro de 2020. **Sra. Fátima** - Eu tenho. **Sra. Fátima** - Na verdade gostaria saber por que o GT que discutia essa questão das contas, anteriormente de chegar até a Executiva, não foi mais chamado para essa discussão. **Sra. Ana Maria** - Que GT, Fátima? **Sra. Fátima** - O GT que tinha de prestação de contas, tinha um GT constituído. **Sra. Samira** - Posso complementar? **Sra. Fátima** - Sim. **Sra. Samira** - Porque nós na verdade tínhamos combinado de fazer a criação de um GT para discutir a regulamentação da remuneração da COHAB. Acho que é isso Fátima. Não é, o que você está falando? **Sra. Fátima** - Disso mesmo, Samira. **Sra. Samira** - Que nós tínhamos combinado, acho que na última da Executiva, não foi Ana? **Sra. Ana Maria** - Pessoal, não foi nada disso, o que aconteceu foi que temos escrito até na Ata, vocês devem ter lido a Ata que foi distribuída junto com o material para essa reunião. O que aconteceu. Na reunião anterior vocês tinham colocado dúvidas sobre as remunerações da COHAB, queriam entender melhor, então nós falamos que tinham Resoluções que tratavam desse assunto. Ai ficou a seguinte polêmica: Será que o que a COHAB cobra está certo, está errado? Será que nós vamos criar um GT sobre estudar a remuneração da COHAB, sim ou não? Não ficou decidido nada de criar um GT, ficou decidido que seria feita uma apresentação nessa reunião para vocês entenderem melhor as remunerações da COHAB e refletirem a respeito. Não existe nenhum GT, Fátima, sobre a remuneração da COHAB. Os GTs que têm são sobre regularização fundiária, era o GT da Conferência Municipal de Habitação. Uma Comissão sobre o plano de investimentos, aplicação dos recursos em planos de investimentos. Que inclusive vocês fazem parte dessa Comissão (GT) e nós chamamos reuniões desse GT (planos de investimentos), mas não tiveram comparecimento do pessoal dos Movimentos, só teve participação do Poder Público. Não existe nenhum GT sobre prestação de contas. E o que estamos tratando neste momento é apresentando a prestação de contas relativa à remuneração da COHAB, que é toda calculada em cima de Resolução aprovada por Conselhos anteriores, é essa questão. **Sra. Samira** - Não, era só para completar, eu sei que ele não existia, eu tinha só entendido na última que nós íamos criar esse GT, eu não tinha entendido que íamos discutir a criação. Eu não sei se colocamos aqui para fazer já a criação desse GT, porque eu lembro que bastante gente colocou essa questão, já colocamos algumas vezes a questão que a remuneração da COHAB não cabe nos recursos que tem, estamos acompanhando a algum tempo, que sempre tem a questão que não consegue nem pagar a remuneração, o FMH sempre fica devendo para a COHAB. Então vejo como totalmente necessária a criação desse GT para nós analisarmos isso com mais calma. Eu vi que o Nilson trouxe os dados mais detalhados nessa reunião, mas acho que precisávamos nos sentar para olhar os dados, repensar essa regulamentação da remuneração da COHAB. Então, não sei, eu tinha entendido para mim que já tinha decidido a criação, mas se não for, acho que poderíamos colocar para votação, alguma coisa para pensarmos nesse GT. **Sra. Ana Maria** - Eu acho que deveríamos esperar concluir a apresentação e no momento que colocarmos esse assunto, se vocês têm alguma recomendação para fazer e vocês colocam a respeito disso. Ok? Todos de acordo? **Concordam** **Sra. Sílvia** - As remunerações são calculadas em base nas Resoluções do Fundo, que foi um estudo que foi feito na criação do fundo de quanto custaria para a COHAB fazer todo o serviço que ela tem que fazer. Agora se o Conselho acha que deve apresentar outras soluções, não cabe a nós da COHAB falar isso. **Sra. Ana Maria** - Então, Sílvia, concordo com você, não é isso, já existiu um grupo que foi criado lá no momento da criação dessas remunerações, constituindo um GT no âmbito do Conselho Pleno, onde alguns Conselheiros se prontificaram a estudar sobre as remunerações. Se agora a atual gestão do Conselho vai querer estudar novamente, eu só quero lembrar que estamos toda hora criando grupos de trabalho, que não estão chegando à conclusão efetivamente dos trabalhos. O único GT que efetivamente apresentou um resultado nesta 7ª Gestão foi de regularização fundiária, e foi o da Conferência Municipal de Habitação, os outros estão soltos e ainda por conta da história da pandemia. Temos eleições municipais logo aqui à frente, vai ser difícil fazer reuniões para estudar isso, mas vamos aguardar qual vai ser a recomendação feita ao final da sua explanação a hora que abrimos para os Conselheiros falarem. **Sra. Fátima** - O programa também, viu Ana. O Programa Pode Entrar com o GT, que participou, teve bastante participação, tiveram vários outros. **Sra. Sílvia** - Bom, se você puder colocar o quadro de 2020, eu agradeço. E coloco também já à disposição para ver se existe alguma pergunta sobre o modo de cálculo, que dúvidas que geram aos Conselheiros. Existe alguma dúvida que eu possa já ir tirando de vocês? **Sra. Samira** - Só para explicar, que realmente nós tínhamos colocado na última reunião. Na verdade nem na última, já tinha colocado em algumas reuniões que acaba que o FMH não consegue pagar a remuneração da COHAB, que isso já é uma coisa que se arrasta há alguns anos. Então da dessa necessidade de rediscutir essa remuneração para que ela fique mais palpável o recurso que se tem. Então, a questão não é nem o que você está apresentando, não existe nenhum questionamento de que isso está errado, que a remuneração está de acordo com a regulamentação dela. A questão só é que já havia sido colocado de se repensar a forma de remuneração, para ficar mais cabível. Para o pagamento ficar mais de acordo com o que se tem de recursos, nós já aprovamos dois orçamentos anuais, aprovamos semestralmente, então foram umas quatro aprovações que tivemos desde que entramos nesta gestão do CMH e que sempre fica devendo para a COHAB, o FMH não consegue pagar a COHAB. Então por conta disso tínhamos levantado essa necessidade. Mas o que foi col-

gado não tem a ver se a planilha está certa ou errada, é sobre a própria regulamentação mesmo do FMH. **Sra. Sílvia** - Aqui vamos ter os valores do primeiro semestre de 2020. Refletindo o que já foi visto na fase de investimentos no primeiro semestre, a remuneração que é sobre esses serviços, que é sobre investimento, também ficou muito pequena, ela ficou em R\$15.000,00 na fase de produção; e R\$6.600,00 na fase de comercialização. A regularização vem andando e nós temos aí até como explanação e como exemplo a regularização do Jardim Paquetá, que está entrando para fase de comercialização, e o Jardim Celeste. **Sra. Fátima** - Pode repetir o Jardim Celeste? **Sra. Sílvia** - Falei que já teve a regularização do Jardim Paquetá e do Jardim Celeste. Agora vamos começar regularizar outra etapa do Jardim Celeste. Depois sobre os R\$7,00 por contrato, que deu no total do semestre R\$521.700,00. O 0,16% do valor dos ativos do FMH deram R\$5.950.000,00. E apesar da valorização do pagamento do aluguel da Locação Social, havia uma reserva em conta que está dando para cobrir a remuneração mesmo nesse tempo de pandemia, no total de R\$117.044,00. Dando um total de R\$6.686.515,47. Deste ano, por enquanto nós temos conseguido pagar regularmente, pontualmente todas as remunerações. **Sra. Ana Maria** - Quem é o 'primeiro Conselheiro ou Conselheira que quer fazer uso da palavra. **Sra. Fátima** - É só para tirar uma dúvida quando você falou na questão da regularização dos dois projetos, que perguntei, do Jardim Celeste. Que você acabou de falar que concluiu a regularização do Jardim Celeste. Certo? **Sra. Sílvia** - Certo. **Sra. Fátima** - Então eu gostaria de saber, concluiu a regularização. Como a COHAB está com a questão do processo em cartório com a questão do registro do imóvel, para que as famílias que quitaram possam ter o processo de documentação do imóvel? Se isso já está em cartório, como está essa situação? **Sra. Sílvia** - Fátima, essa parte eu não posso te responder, porque cabe totalmente à parte de comercialização. E como não tinha sido levantado esse assunto, ninguém foi convidado. Eu sei que já está regularizado e nós já estamos começando a regularizar o setor 5, Celeste 5. Mas essa parte da emissão de termos de quitação e de escritura não cabe a minha área, já é na parte do comercial. **Sra. Fátima** - Sílvia, por favor, se na próxima reunião você puder trazer essas informações para nós, agradeceremos. São vários mutirões e várias regularizações que estão na cidade de São Paulo, estou falando porque eu moro no mutirão Jardim Celeste. Mas tem outros da União que precisamos saber como está toda a situação. Se você puder por favor na próxima trazer essa resposta para nós como que está essa situação em questão de documentação de cartório, agradeço. **Sílvia** - Vou pedir para na próxima reunião para a Ana, se ela puder convidar o pessoal da comercialização, porque se acontecer de ter mais uma dúvida, eu não vou saber responder de novo, então acho que vindo uma pessoa da área é melhor. **Sra. Fátima** - Eu lembro que na outra reunião nós tínhamos conversado com o Peixe e o Nilson que trouxéssemos a questão da regularização de tudo e até os processos que ficaram pendente aqui, tínhamos pedido também. Não estou falando só da questão do Jardim Celeste enquanto essa questão da finalização, da regularização, mas estou falando como um todo, que nós entregamos um documento pedindo até uma questão de reforma em alguns empreendimentos, não sei se os companheiros e companheiras aqui do CMH estão lembrados, nós pedimos para que a COHAB fizesse alguma reforma nos empreendimentos há muito tempo e ficou também de entrar no orçamento, que entrou no orçamento deste ano. Eu lembro que nós aprovamos isso, então por favor, quem nos puder trazer esse retorno para nós na próxima reunião, se possível, eu agradeço. **Sra. Ana Maria** - Eu lembro que a solicitação que você fez foi pedir recursos para o Jardim Celeste e que o Nilson tinha colocado que não havia recursos disponíveis no orçamento para serem aplicados em 2020. Então, peço aos Conselheiros que tudo que vocês desejarem que seja apresentado, vocês encaminhem um pedido para que seja apresentado numa próxima reunião, se é sobre regularização, o andamento da regularização e de quais empreendimentos, para que possamos distribuir isso para as áreas competentes e possam vir aqui apresentar os resultados para vocês. Se é de novo sobre recursos para determinados empreendimentos, reformas, etc. e tal, façam novamente, porque houve sim, eu me lembro, e temos um processo aberto aqui, não sei, eu faço questão depois de enviar para você cópia do que foi relatado na última reunião sobre esse assunto. **Sra. Fátima** - Só para colocar que não foi só em questão do Jardim Celeste que falamos naquela época, falamos sobre os empreendimentos dos mutirões antigos. Colocamos exemplo, pedimos dentro do inscrito, o Jardim Celeste, lá na Leste, tudo, mas na hora os Conselheiros colocaram que não seria só a questão do Jardim Celeste, seriam todos os empreendimentos construídos por mutirão em outra gestão. Acho que a Marisete estava nessa reunião, Esther estava nessa reunião, Samira falou, ainda foi a fala da Samira, que não colocasse só um mutirão e sim abrisse para que fizesse nos outros também e colocamos. O Nilson falou o seguinte, naquela época não tinha dinheiro em 2019 para que isso viabilizasse e aí colocamos que já não tinha dinheiro em 2019, que colasse no recurso de 2020, foi isso Ana que foi colocado, se não me engano tem uma Ata e saiu na Ata oficial do CMH. Obrigada. **Sr. Nilson** - Só para esclarecer para a Fátima, o Jardim Celeste já foi levado a registro em cartório sim. Apenas a parte de formalização da documentação Junta Comercial para você ter uma ideia. E realmente o que falei em 2019 foi isso, que não tinha recursos disponíveis para fazer reformas em mutirões em detrimento de outros conjuntos que tinham que passar ainda por uma fase anterior, para chegar à condição de regularização. Foi isso que foi colocado. **Sra. Tereza** - Você sabe que dentro do mutirão do Jardim Celeste, nós temos outro mutirão que ele é construído com o próprio recurso das famílias, então é só a terra que teríamos que discutir. Eu queria saber se é possível você apresentar isso para nós ou nós temos que mandar por escrito? Como está esse mutirão do Jardim Celeste 4? Você só colocou Celeste 5. E aí o Nilson está colocando aí que já está no cartório todos, então eu queria saber se estão todas glebas dos mutirões, são vários mutirões aqui onde nós moramos, no cartório. Queria saber se tem que mandar por escrito, separando cada mutirão? Depois eu queria conversar com vocês sobre essas coisas. Também Nilson quero marcar com você e Sílvia, porque nós estamos com uma demanda na Cidade Tiradentes também, o mesmo processo e houve um desfalece nas contas de vocês, acho que temos que sentar separadamente e discutirmos esse processo na Cidade Tiradentes. Quero marcar com vocês depois, Sílvia. **Sr. Nilson** - Fica à vontade. **Sra. Ana Maria** - Tereza, a Sílvia não é dessa diretoria, ela é da Diretoria Financeira. **Sra. Sílvia** - É isso que eu ia falar, eu sou da Diretoria Financeira. Então não poderia fazer essa reunião com você. Por recomendação da Ana, vocês mandam por escrito que ela encaminha todos os pedidos que vocês tiverem. **Sr. Ricardo Viegas** - Deixe-me fazer um comentário, aproveitando percebi que, vou até propor para o grupo da comissão, tendo em vista algumas observações feitas, mais especificamente pela senhora Fátima, eu sugiro até como os dois itens de pauta, e se for possível, se acatado, enfim, uma apresentação sobre a questão da regularização fundiária pela COHAB hoje, eu tenho certeza que ela tem muita informação importante, e podia dar até um quadro geral como está, eu tenho certeza que o Nilson tem todas essas informações, e a equipe, lógico, mas seria importante para a comissão, inclusive para mim mesmo, às vezes falamos que a regularização está na COHAB. Então, seria oportuno propormos na próxima reunião, uma das pautas, já que estamos fazendo muita prestação de contas, eu acho que esse assunto é bem pertinente e atende muito à demanda que é apresentada pelos Conselheiros. **Sra. Fátima** - Senhor Secretário, é isso mesmo o que nós queremos. **Sra. Sílvia** - Queria saber se tem mais alguma dúvida sobre remuneração dessa parte de cálculo e colocamos aí ao dispor de vocês. **Sra. Fátima** - Acho que foi um bom encami-

nhamento, é isso mesmo. **Sr. Nilson** - Ricardo e Conselheiros, a gente faz uma prestação, vamos chamar assim de prestação de contas referente a informações e regularização, que as pessoas têm muita dúvida disso. Como estão os casos que temos vinculados ao Fundo, na próxima reunião faremos uma apresentação para deixar bem claro para todos. Perfeito? **Sra. Ana Maria** - Essa apresentação seria na próxima Reunião da Executiva? É isso? **Sra. Fátima** - Eu proponho que isso seja apresentado na Reunião Ampliada. **Sra. Ana Maria** - No Conselho Pleno, Fátima? **Sra. Fátima** - No Conselho Pleno, isso. Porque tem mais companheiros que não estão aqui, e que com certeza vão querer saber sobre isso. **Sra. Ana Maria** - Nilson, as próximas reuniões que temos do Conselho Pleno, uma é dia 05/11, não sei se vai estar muito perto para você, e a outra dia 08/12, para você fazer uma apresentação ampla sobre essa regularização fundiária com essas informações, que é como Fatima falou, é de interesse dos demais Conselheiros, não só da Executiva. **Sr. Nilson** - Vou ver com minha equipe aqui, vou fazer, vou trabalhar para ser na próxima, a primeira. **Sr. Ricardo Viegas** - Vamos fechar nisso. **Sr. Nilson** - Está bom, vamos fechar nisso, dia 05 fazemos a apresentação. **Sra. Ana Maria** - Alguém tem algum ponto a levantar? Até voltando a história que vocês colocaram sobre a remuneração, criação de GT, enfim. Então, se não há nenhuma manifestação a fazer, podemos passar para o próximo item, que é a apresentação da Execução Orçamentária da SEHAB no primeiro semestre de 2020. Informo que essas apresentações que foram feitas agora pela Sílvia nesse tem 4, nós vamos colocar no site do CMH. E podemos passar para mim tem 5, 'que é Execução Orçamentária da SEHAB no primeiro semestre? Então esse foi mais um assunto, objeto da reunião anterior, onde os Conselheiros pediram a Execução Orçamentária da SEHAB, convidado a Vanessa fazer a apresentação. Com a palavra, Vanessa. **Sra. Vanessa** - Boa tarde a todos, muito boa tarde a todos os Conselheiros. Pode só voltar na anterior, queria falar que essas apresentações elas foram feitas em agosto, então no próximo slide vou falar um pouquinho da atualização. Esse aqui, o valor referente a Tesouro, FUNDURB e FMSAI, do empenhado, R\$494.129.157,00 à época, em 30 de agosto tinha R\$169.935.661,75 liquidados. Quando se trata com relação aos valores que foram empenhados e liquidados, esses valores se modificaram, eu posso passar depois para a Ana, para que ela possa replicar para vocês os valores atualizados a 30 de setembro, mas eu já vou falar aqui para vocês que do valor empenhado do FUNDURB de R\$148.617.571,00, nós liquidamos agora até o momento R\$ 93 milhões. Do FMSAI, dos R\$186.641.000,00 já foi liquidado R\$116 milhões. Estou falando os números redondos, depois eu passo os valores com todos os centavos, conforme necessário. E do Tesouro R\$158.870.504,78, foi liquidado até ao momento R\$16.750.000,00. Vale destacar nesse valor, vai mostrar as outras lâminas, mas vale destacar que existem algumas liquidações que ainda estavam em ver dentro do primeiro semestre, que foram acontecendo neste segundo semestre Bem, vou falar um pouquinho, como falei são R\$16.750.000,00, vou passar posteriori os valores para a Ana para poder essa Ret Rate com relação aos valores. Mas vale destacar esse valor de investimento, o Keralux, que começou em julho, que não tinha tido início à época, que começou tanto a avaliação ambiental, elas obras que aconteceram no final de julho. Então as quitações elas começaram a partir de. Mesma coisa aconteceu com Emenda Parlamentar para o Erundina na área de manancial, que também teve suas medições a partir de julho. Então isso não tem não podia estar. Fora a liquidação de uma aquisição, de uma área grande, que é o do Imperatriz Leopoldina, da área de DPP da ordem de mais de 70 milhões, que ainda não houve a liquidação. Então, deixa claro que esse volume que vocês estão enxergando, além das liquidações que estavam em a ver, que estão acontecendo agora que tendem a se liquidar ainda mais até o final do ano com relação, o próprio Keralux que tem prazo até o final do ano para a finalização das obras. O Chácara do Conde tem as medições que vão acontecer, que também faz parte de investimento de liquidações pendentes. Então, é isso, temos essa mudança nesse cenário e nesse gráfico para o próximo final de semestre. Ai já mostrando um pouco de onde estão sendo gastos os recursos com relação aos projetos. Vale destacar que a urbanização ela já acompanha as unidades habitacionais também. Então no momento que você faz a produção de unidade e urbanização, elas são concomitantes em alguns cenários e a regularização fundiária. Dos valores empenhados hoje, essa planilha eu não trouxe, então faço a Ret Rate posterior, hoje os números já se modificaram também com relação é isso. Mas os valores à época empenhados eram R\$129.974.024,00; liquidados R\$5.826.000,00. Da urbanização R\$26.391.502, esses valores mudaram. Mas vale destacar também que houve com essa situação da regularização fundiária, que é de R\$2.504.000,00, R\$1.651.000,00, tivemos a finalização do contrato da regularização que precisa ser continuado para o prosseguimento de todas as ações. Do FUNDURB vale destacar que nós temos as obras de urbanização dentro das macro áreas, conforme manda o Plano Diretor estratégico. Nós temos as macro áreas, as urbanizações, aquisições de áreas. E dentro do que foi liquidado, como falei para vocês, esses R\$148 milhões. Do liquidado hoje e em setembro são R\$93 milhões. Do FMSAI existem, tanto FMSAI como o FUNDURB sofreram queda de arrecadação de receita. Do FMSAI nós tínhamos 256, e no Ad Referendum em 21 de agosto se não me engano houve uma queda 227. E do valor de R\$186 milhões do valor que estava previsto, foi gasto até o primeiro momento liquidação R\$116 milhões. Essa tela aqui, que é relação às obras de urbanização e regularização, que são ações, as obras de urbanização do FMSAI, elas estão centradas a grande parte dos recursos estão centrados nas áreas de Mananciais. E hoje, como eu estava falando também, nós temos essa queda de receita e essa liquidação que foi ampliada em função das liquidações que estavam pendente no 1º semestre, que foram apresentadas agora no segundo.

É isso, com relação a qualquer dúvida, qualquer adição, qualquer ampliação que o senhor Secretário queira que eu faça neste momento e os demais Conselheiros queiram esclarecer as dúvidas, estou à disposição. **Sra. Ana Maria** - Alguém quer fazer uso da palavra? **Sra. Samira** - Vanessa, só para entender umas coisas, o liquidado está bem abaixo do empenhado, o que costuma acontecer, queria entender, porque já está em outubro. Qual que é a previsão valores de executar o que foi empenhado nesse? E entender, para quem sabe o FMSAI e o FUNDURB foram bastante comprometidos por conta da destinação para as ações do COVID. E o quanto que isso reduziu de cada um deles, o valor.

Sra. Vanessa - Do FMSAI foi da ordem de mais ou menos de 10%. **Sra. Samira** - Mas você falou R\$250 milhões. **Sra. Vanessa** - 256 foi a queda total de arrecadação. No Ad Referendum de agosto para 227. Mas, Samira, uma coisa que eu estava considerando referente às liquidações, as previsões é que nós vamos liquidar sim os recursos quase na sua totalidade. E que muitas das medições que estavam pendentes de serem apresentadas, elas estão acontecendo, e que nós tendemos a finalizar, ou chegar muito perto da liquidação do que foi inicialmente acordado. Então, essa apresentação que nós fizemos de agosto, eu já conversei com as áreas, eu conversei com CRF antes de eu conversar com vocês, eu conversei com Obras para que eu pudesse trazer dados um pouco melhores para vocês com relação aos números, inclusive trouxe uns números mais atualizados, depois falei que ia passar os valores dos centavos, mas eu conversando com as pessoas tanto com a relação à produção de unidades habitacionais e tudo mais, tende a finalizar a liquidação com relação principalmente aos recursos do Tesouro. Porque, por exemplo, Imperatriz Leopoldina você tem R\$ 72 milhões que ainda não foram liquidados, está empenhado, nós fizemos a liberação do recurso, ainda não foi liquidado para dar um exemplo para você. Nós Emenda para o Erundina na ordem de

R\$ 22 milhões, a obra começou final de Julho. Então tendemos finalizar com relação a essa Emenda até o final do ano. Chácara do Conde a mesma. Banco do Brasil, que é o Keralux. As obras do Keralux que são empréstimo, tem toda uma negociação, as obras vão até o final do ano. Isso já está, o diagnóstico ambiental está feito para seis meses ser entregue. Então assim, estou falando do que eu já sei e já atualizei com as equipes para que nós possamos até o final do ano ter esse número numa ordem mais equilibrada daquilo que foi inclusive com relação às metas. Porque nós temos as metas a cumprir com relação à regularização fundiária, com relação à produção habitacional, com relação às urbanizações. Então isso é um compromisso que vem sendo assumido e trabalhado pelas equipes. Então acredito que até o segundo semestre nós tenhamos um valor mais equilibrado com relação ao empenho e a liquidação. **Sra. Samira** - Quería então pedir uma coisa, porque nós vamos ter a reunião agora do dia 5, que é a Reunião do Conselho como um todo. Então se era possível trazer essa tabela atualizada com todos os valores no dia 5, que aí vamos ter uma outra situação, imagino último ano gestão, últimos meses, tem um gasto maior que o normal. Então deve dar uma liquidada aí nesse valor. E se seria possível já trazer um resumo da do cumprimento de metas da gestão, porque já vamos estar no final e aproveitar que vai ser a última Reunião do Conselho, como um todo, então que trouxesse para vermos e entendermos em cima desses valores o que foi feito, e o que não foi feito. **Sra. Ana Maria** - Samira, só para tentarmos entender novamente. O que você está pedindo para a próxima Reunião do Conselho Pleno é o Plano de Metas, o que foi executado até o momento. E a tabela atualizada que você está falando, o que é que a Vanessa falou há pouco. **Sra. Samira** - Isso, do é do Plano de Metas, que acho que é legal assim colocar o que já foi feito e a previsão, porque vamos ter mais dois meses. Não é? E já colocar a previsão do que vai ser entregue nesses outros dois meses. E a revisão dessa apresentação da Vanessa, que aí vamos ter o liquidado atualizado, que ela já colocou até agora, e acredito que até lá vai conseguir ter mais outras medições. Então esse valor vai dar mais uma atualizada o que isso que ela já colocou hoje oralmente. **Sra. Ana Maria** - Atualização da Execução Orçamentária, é isso. **Sra. Samira** - É.

Sra. Ana Maria - E mais Plano de Metas atualizado até a data da reunião. É isso? **Sra. Samira** - É, isso seria uma coisa nova a fazer, mas acredito até que a gestão tenha os dados da gestão inteira, por exemplo, da Liquidação Orçamentária. Então se for possível seria interessante que nós vissemos o que foi executado durante os quatro anos do orçamento também. Não sei se para daqui um mês isso é muito difícil, mas eu acho que vocês provavelmente ter isso já resumido aí em alguma apresentação, mas que seria bem interessante para nós vermos, porque vai ser a última Reunião do Conselho nesta gestão, e acho que era interessante para nós conseguirmos ter esse panorama do Orçamento e do Cumprimento de Metas. **Sra. Ana Maria** - Só complementando Samira, não será a última reunião, a última reunião será em dezembro, uma do Pleno e a outra da Executiva. Então nós temos pela frente mais três reuniões. Uma no dia 5 de novembro e duas nos primeiros dez dias de dezembro. O Secretário Ricardo Viegas também nos ouve, ele pode se manifestar a respeito dessa pauta. **Sr. Ricardo Viegas** - Falei exatamente isso, ou seja, acho que o Conselho Pleno tem que ter o conhecimento de como está o Plano de Metas da Secretaria, execução, os compromissos que a Secretaria tem, e inclusive com a questão da Execução Orçamentária, que da forma que a Vanessa passou, ela fica muito desconectada da lógica, do que está sendo feito. Então, particularmente compartilho com essa demanda da Samira. E já tinha falado isso para Ana, que uma das pautas, uma pauta para a próxima reunião seria apresentarmos o Plano de Metas, que é de conhecimento de todos internamente. E o Conselho tem que conhecer mesmo o que foi feito, inclusive com os resultados dos quatro anos.

Então, particularmente acho que é extremamente pertinente a sua observação e essa sugestão de pauta. E aí Ana, colocamos aí, pensamos numa estratégia como é que fazemos essa apresentação para próxima reunião. **Sra. Vanessa** - Para a próxima já, Secretário? Ou para a outra? Só queria colocar para poder me programar. **Sr. Ricardo Viegas** - Para a próxima, dia 5/11. **Sra. Samira** - Desculpa-me, que não me ative que tinha uma outra reunião do Conselho, como costuma ser a cada dois meses, eu me confundi. E só pedir que, eu acho importante ter a questão de vermos a questão Orçamentária no Plano de Metas, juntar aos empreendimentos, mas essa apresentação do molde da Vanessa também é muito interessante para termos um resumo geral. Eu particularmente gosto bastante porque conseguimos ver os valores todos. Então se puder também ter essa apresentação atualizada. **Sr. Ricardo Viegas** - Só para esclarecer, toda apresentação da Meta ela está em cima dessa, exatamente cruzando a informação, não está desconectada, então aí fica mais claro, transparente passando como está sendo executado o orçamento e qual a perspectiva em relação ao cumprimento de metas.

Sra. Ana Maria - Alguém mais quer fazer uso da palavra? Secretário, então devolvo a palavra ao senhor e ao Secretário Carlos para as considerações finais. **Sr. Carlos Roberto** - Parabéns pelo trabalho. Agradeço e encerra... **Sra. Fátima** - Posso falar, Ana? Ana, só comentando, o Ricardo que o Secretário falou, está aqui. Quería ver já com o senhor se é possível já sairmos com essa reunião aqui das famílias do Quaresma Delgado. É possível já vermos uma data? Eu enviei um Ofício para o senhor ontem, para o Secretário, não sei se vocês tiveram acesso solicitando a reunião. Mas se for possível já sairmos com isso marcado, eu agradeço. **Sr. Ricardo Viegas** - Aliás, o compromisso com relação a essa sua demanda, eu não tenho conhecimento dessa demanda da reunião, mas com certeza agendamos isso, e responda através da Ana para agendar isso antes do dia 15. **Sra. Fátima** - Tem que ser o mais urgente possível, na verdade queremos fazer uma ação em conjunto, nós não queremos que as famílias não sejam não atendidas, nós queremos que todas as famílias sejam atendidas. E aí pelo prazo que nós temos, nós temos que correr. Então fico no aguardo. **Sra. Ana Maria** - Fátima, o pedido que você fez do Quaresma Delgado foi algo que você mandou direto ao Secretário? **Sra. Fátima** - Eu mandei um Ofício solicitando para o Secretário essa reunião, e hoje estou aqui pedindo através do Conselho essa reunião com o Secretário. **Sra. Ana Maria** - Não, Fátima, você não me entendeu. É sobre o Quaresma Delgado? **Sra. Fátima** - Isso, é sobre o Quaresma Delgado, sobre a demanda do Quaresma Delgado. **Sra. Ana Maria** - Se você puder mandar para a Secretaria Executiva, para eu poder mandar para o Ricardo, eu agradeço. **Sr. Ricardo Viegas** - Da minha parte o Secretário já deu as considerações, e eu também fico bem satisfeito com o desenrolar da reunião. E já pontuando alguns assuntos importantes para a próxima reunião do Conselho. E essa demanda específica tão logo eu receba já fazemos essa agenda mais breve possível. E com relação ao Ofício que foi encaminhado para o Secretário e para mim, nós estamos aqui achando uma alternativa para que já tenhamos alguns encaminhamentos daquilo que foi pedido. Declaro então encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião)

COORDENADORIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF-G

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: WALDEMAR DIAS ESPELHO E S/M JOANA CÂNERO DIAS, ODIVILDA FORTUNATO DE SOUSA.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER a todos os relacionados no presente EDITAL ou que dele tiverem conhecimento que a Coorde-

nadoria de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, do Provimento nº 51 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade aos procedimentos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA da área pública municipal conhecida como RE-CANTO VERDE II, tratada no processo administrativo 1997-0.005.114-5, com origem na Matrícula nº 92.607 do 15º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, com localização atual na Rua Barão Carlos de Souza Anhumas, e, que confronta com imóvel de propriedade de WALDEMAR DIAS ESPELHO e s/m JOANA CÂNERO DIAS, titulares de domínio do imóvel da Matrícula nº 120.527, do 15º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; ODIVILDA FORTUNATO DE SOUSA, titular de domínio do imóvel da Matrícula nº 149.299, do 15º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP. Ficam, portanto, NOTIFICADOS os confrontantes a apresentar suas razões de discordância à regularização fundiária mencionada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital. A impugnação ao procedimento de regularização fundiária deverá ser fundamentada e dirigida à COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, por meio do seguinte endereço eletrônico notificacao@prefeitura.sp.gov.br. A concordância será presumida no caso da não apresentação da impugnação no prazo assinado. E, para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 23 de dezembro de dois mil e vinte.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2020/0008023-0 DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE

I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia, constante destes autos, que adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto por RBR COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALAES LTDA., CNPJ: 28.537.922/0001-51, e no mérito, NEGÓ-LHE PROVIMENTO, mantendo a multa no montante de R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais), em virtude de inexecução total na entrega do material, penalidade aplicada com fundamento no subitem 8.1.5 da Cláusula Oitava - Das Penalidades da Ata de Registro de Preços nº 166/2020 – SMS.G, dando por encerrada a instância administrativa.

II - Publique-se.

PROCESSO Nº 6210.2020/0011275-2

DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE I – A vista dos elementos constantes nestes autos e pela competência que me foi delegada através da Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, APLICO à empresa ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TEXTÉIS S/A, CNPJ nº 00.886.257/0007-88, a penalidade de multa no montante de R\$ 6.108,99, que corresponde a 0,5% sobre o valor do Contrato, em virtude do do descumprimento de qualquer outra cláusula que não diga respeito diretamente na execução do objeto contratual, conforme previsto no subitem 7.1.2.6 do item 7.1.2 da CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES DO Termo 130/2020 de Contrato, Nota de Empenho nº 2039/2020.

II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.

III – Publique-se.

PROCESSO Nº 6210.2020/0010295-1

DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE I – A vista dos elementos constantes nestes autos e pela competência que me foi delegada através da Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, APLICO à empresa ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TEXTÉIS S/A, CNPJ nº 00.886.257/0007-88, a penalidade de multa no montante de R\$ 6.108,99, que corresponde a 0,5% sobre o valor do Contrato, em virtude do do descumprimento de qualquer outra cláusula que não diga respeito diretamente na execução do objeto contratual, conforme previsto no subitem 7.1.2.6 do item 7.1.2 da CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES DO Termo 221/2020 de Contrato, Nota de Empenho nº 2039/2020.

II – Prazo Recursal de 05 (cinco) dias úteis.

III – Publique-se.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

PROCESSO SEI Nº 6310.2016/0000100-0- JOTABÉ Serviços Técnicos Especializados Ltda. - Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, com fornecimento de mão de obra, materiais de limpeza e de higiene, utensílios, máquinas e equipamentos. Aditamento contratual. À vista dos elementos contidos no presente processo, em especial as manifestações precedentes da Seção de Custos, Empenhos e Execução Orçamentária, da Divisão de Assuntos Internos e da Assessoria Jurídica deste Instituto, as quais acolho, como razão de decidir, e com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e na Lei Municipal n.º 13.278/02, regulamentada pelo Decreto n.º 44.279/03, AUTORIZO o aditamento do referido Termo de Contrato nº 002/IPREM/2015, firmado com a Empresa JOTABÉ SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 57.695.058/0001-14, com endereço na Rua Marques de Itu, nº 408, conjunto 23, Consolação, São Paulo - SP, CEP. 01223-000, para a redução da área do seu objeto em 850,86m², passando o valor mensal contratado de R\$ 29.431,91 para R\$ 25.018,07 (vinte e cinco mil dezoito reais e sete centavos), a contar de janeiro de 2021 até o término de sua vigência em 11/05/2021, conforme consta do cálculo efetuado à folha 037015257, com fundamento no art. 65, § 1º, do mesmo Diploma.

APURAÇÃO PRELIMINAR

PROCESSO SEI Nº 6310.2020/0003354-6 Em vista do pedido efetivado à fl. 037251832, DEFIRO a prorrogação de prazo pelo período de 20 (vinte dias), a contar desta publicação.

BENEFÍCIOS

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS

6310.2019/0003517-2 - INEZ MIRANDA DA SILVA LIMA - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 022653269, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002459-8 - JAIRO ALVARENGA - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 034579152, com

base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002488-1 - NILDA MARIA DA SILVA JAC-COUD? - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 034049522, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002513-6 - HELENA ARCANJO FERREIRA - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 033682035, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002516-0 - MARIA APARECIDA BEVIANI? - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 032889387, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002539-0 - APARECIDO DOS SANTOS - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 032886891, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002541-1 - VERA LUCIA MAURICIO MACHADO - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 032832499, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002542-0 - EDISON SILVA - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 034348161, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002562-4 - SORAIA FERNANDES? - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 034350124, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – INDEFERIDOS

6310.2020/0002522-5 - CLEONICE DA SILVA RUOTTI - À vista das informações e documentos apresentados, INDEFIRO o pedido constante do documento SEI nº 034762584, por não preencher as condições previstas no inciso II, §1º do artigo 2º e 3º da Lei nº 15.080/2009 e artigo 1º, inciso III, §1º e artigo 6º do Decreto 58.708/2019. Ou seja, por não haver ficado suficientemente comprovada a dependência econômica alegada.

DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO

6016.2020/0088252-9 - PMSM – MAURA SUELI MACHADO – RF(s): 638.160.0-01 - CTC(s) nº(s) 1935/IPREM/2020 emitida(s) em 17/11/2020;

6018.2020/0059746-9 - PMSM – JUREMA MARTINS ALMEIDA DE MACEDO – RF(s): 640.181.3-01 - CTC(s) nº(s) 1903/IPREM/2020 emitida(s) em 10/11/2020 e

6018.2019/0086283-7 - PMSM – OSWALDO LUIZ GIOMETTI – RF(s): 585.919.1-01, 585.919.1-02 e 585.919.1-03 - CTC(s) nº(s) 1751, 1752 e 1753/IPREM/2020 emitida(s) em 21/10/2020.

HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 6018.2020/0040459-8

DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no §5º do art. 42, bem como art. 65, inciso II, alínea b, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e da Lei Federal nº 8.080/1990, AUTORIZO o Primeiro Termo Aditamento ao Contrato 085/2020/SMS-1/CONTRATOS, celebrado com pessoa jurídica de direito privado ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 66.748.955/0001-30, para a prorrogação do período de execução por 60 (sessenta) dias, até 04/03/2021, visando a realização das obras de reforma da UBS Vila Regina, no âmbito do projeto Avanço Saúde São Paulo.

PROCESSO: 6018.2020/0080657-2

DESPACHO DO SECRETÁRIO

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no §5º do art. 42 da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 8.080/1990, AUTORIZO a adjudicação para a pessoa jurídica de direito privado ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 66.748.955/0001-30, da realização de obras de reforma da UBS Parque Boa Esperança, no âmbito do projeto Avanço Saúde São Paulo, com prazo de conclusão das obras de 8 meses, contados a partir da Ordem de Serviço (OS), no valor total estimado de R\$1.932.316,20 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e dezesseis reais e vinte centavos), que contará com 25% dos recursos do financiamento realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e 75% de recursos de contrapartida consorte política de aquisições GR-2349-9 (02433517), através do Empréstimo 4641/OC-BR (024335439), a onerar a dotação orçamentária 84.11.10.301.3003.9.204.4.4.90.51.00, e 84.11.10.301.9204.4490.5100.fonte 01 e 00.

II - Para os gatos no exercício de 2020 foi expedida a nota de reserva nº 65.068/2020 (036089644), no valor de R\$199.996,28, a onerar a dotação orçamentária 84.11.10.301.3003.9.204.4.4.90.51.00,00.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

DESPACHO DA COORDENADORA REGIONAL DE SAÚDE

6018.2019/0009879-7 - À vista dos elementos constantes neste administrativo, e, no exercício das atribuições a mim conferidas pela Portaria 727/2018-SMS.G, AUTORIZO, observando as cautelas de estilo, a emissão da(s) Nota(s) de Empenho, para cobrir o período de 01/01/2021 à 17/03/2021, no valor de R\$ 42.953,68 (quarenta e dois mil novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos), principal (Locação de Impressoras), R\$ 1.610,76 (um mil seiscentos e dez reais e setenta e seis centavos), reajuste, e no valor de R\$ 25.457,74 (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), principal (Impressões) e R\$ 954,67 (novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), reajuste, em favor da empresa TECNOSÉT INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 64.799.539/0001-35, referente à prestação de serviços para impressão e digitalização com fornecimento de equipamentos, sistema bilhetagem, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento dos suprimentos para impressão (exceto papel), em consonância com o disposto nos arts. 58 e 60 da Lei Federal 4.320/64, onerando a dotação orçamentária prevista para o exercício financeiro de 2.021.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE – LESTE

DESPACHO RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas a comparecerem à Coordenadoria Regional de Saúde - Leste, sito à Av. Pires do Rio, nº 199 – Vila Americana – São Miguel Paulista- São Paulo, no horário das 8:00h às 16:00h, para retirada de Nota de Empenho no prazo de 3(três) dias úteis, contados a partir da publicação. As Empresas que são contratadas através de ATA de RP deverão apresentar documentos previstos na ATA. Informamos que o não atendimento da presente convocação acarretará as penalidades previstas em Lei.

PROCESSO	EMPRESA	NOTA EMPENHO Nº
6018.2020/0045674-1	MARIA DO SOCORRO MOTA ALENCAR	105.862/2020
6018.2020/0061474-6	GEDEAO DO PRADO PEREIRA	106.074/2020

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

DESPACHO DA COORDENADORA REGIONAL DE SAÚDE TERMO ADITIVO Nº 054/2020- CRS-Leste DO CONTRATO DE GESTÃO Nº R010/2015-SMS.G

PROCESSO Nº: 2014-0.337.140-3

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA OBJETO DO CONTRATO: GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE DA REDE ASSISTENCIAL DAS SUPERVISÕES TÉCNICAS DE SAÚDE ITAIM PAULISTA E STS SÃO MIGUEL.

OBJETO DO ADITAMENTO: Aprovação Plano de Trabalho para o Corujão Fase II – Exames no período de 01/12/2020 à 31/12/2020 nas unidades Hospital Dia São Miguel e Hospital Dia Itaim Paulista.

DESPACHO

2015-0.239.133-0 I – À vista do noticiado no presente administrativo, considerando a essencialidade dos serviços e a impossibilidade de solução de continuidade dos serviços objeto do presente ajuste, face à delegação excepcional contida na Portaria 702/2018-SMS.G, e suas alterações, AUTORIZO a celebração do Termo Aditivo nº 030/2020 ao Contrato de Gestão nº R019/2016-PCSSSIMS firmado entre esta Pasta e a entidade SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECONCI, CNPJ nº 61.687.356/0001-30 cujo objeto consubstancia-se no gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da Supervisão Técnica de Ermelino Matarazzo, objetivando o Acréscimo de recursos de Investimento para reforma da UBS Dr. Pedro de Souza Campos por Emenda Parlamentar no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), onerando a dotação orçamentária 84.10.10.301.3003.2.520.44505200.00.

II – AUTORIZO, outrossim, a emissão da nota de empenho para o período mencionado.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUL

TERMO ADITIVO Nº 063/2020-SMS.G

DO CONTRATO DE GESTÃO Nº R002/2014-SMS.G

PROCESSO:2014-0.035.603-9

SEI 6018.2020/0071015-0

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF OBJETO DO CONTRATO: GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DA REDE ASSISTENCIAL DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE CAPELA DO SOCORRO OBJETO DO ADITAMENTO: Inclusão de Recurso de Investimento para aquisição de bens patrimoniais para substituição de itens nas unidades Serviço de Residência Terapêutica (SRT) da STS Capela do Socorro.

CONTRATO DE GESTÃO EMERGENCIAL

TERMO ADITIVO Nº 004/2020 - SMS.G

DO CONTRATO DE GESTÃO Nº R024/2020 - SMS.G/ CPCS

PROCESSO: 6018.2020/0043985-5

SEI 6018.2020/0081179-7

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS

OBJETO DO CONTRATO: GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DA REDE ASSISTENCIAL DA (STS) SANTO AMARO E CIDADE ADEMAR.

OBJETO DO ADITAMENTO: Inclusão de recursos de CUSTEIO e INVESTIMENTO para implantação de Centro de Dor no AMA Especialidade Vila Constância; contratação de nutricionistas para as UBS e contratação oftalmologista para o AMA Especialidade Vila Constância.

AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE